



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE
INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), DO SEU REAL
PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES – CPI DO MST

REQUERIMENTO DE REQUISIÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. RICARDO SALLES)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de REQUISIÇÃO ao Presidente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sr. Cesar Fernando Schiavon Aldrighi, dos processos administrativos de criação dos projetos de assentamento realizado pelo INCRA, nos termos que especifica.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952, e do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO de documentos ao Presidente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sr. Cesar Fernando Schiavon Aldrighi, de cópias e/ou acesso (em inteiro teor) dos processos administrativos que dispõe sobre (i) a criação dos projetos de assentamento, bem como (ii) todos os documentos relacionados aos processos de seleção das famílias beneficiárias destes, conforme especificados na lista de assentamentos abaixo:



Lista dos assentamentos:

PA	Município	UF
Frei Pedro	Pereira Barreto	SP
Florestan Fernandes	Mirandópolis	SP
Luiz Beltrame	Gália	SP
Abril Vermelho	Santa Bárbara	PA
Santo Antônio	Itaquiraí	MS
Itamarati - AMFFI	Ponta Porã	MS
Itamarati - CUT	Ponta Porã	MS
Itamarati - FETAGRI	Ponta Porã	MS
Itamarati - MST	Ponta Porã	MS
Oziel Alves III	Brasília	DF
Chico Mendes III	Macaíba	RN
Jaci Rocha	Itamaraju	BA
Coroa de Cabralia (Lulão)	Santa Cruz de Cabralia	BA

As informações e documentos ora solicitados deverão ser disponibilizados em arquivos pesquisáveis e por meio magnético, o que viabiliza a leitura e o acesso às informações em atendimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação).

JUSTIFICAÇÃO

Considerando relatos de ocorrências que originaram um histórico de irregularidades identificadas nos processos de seleção de beneficiários relacionadas à concessão de lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA em todo o País, ocorridas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de grande importância esta Comissão dispor de informações e documentos para subsidiar os seus trabalhos, razão pela qual contamos com o apoio dos nossos nobres Pares para que este requerimento possa prosperar.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado Ricardo Salles (PL/SP).

